

3

Juventude: os jovens no Brasil

Ao discutir o conceito de juventude, neste capítulo, busca-se contemplar as diferentes expressões a partir das quais os sujeitos jovens se constroem. Sendo neste estudo entendida para além de um recorte etário, mas na diversidade e complexidade de sua vivência dentro do seu contexto sócio-histórico e cultural. Assim, pretende-se trazer a discussão o conceito de juventude, dando prioridade ao que a entende em sua pluralidade.

Busca-se focar a sua visibilidade a partir dos anos 1990, principalmente devido aos principais problemas sociais que afetam os jovens, tornando-se esta categoria objeto de preocupação para agenda política nacional e para a sociedade. Para tanto lança-se mão de dados sócio demográficos sobre a juventude por meio de diversos indicadores sociais. Ressalta-se os dispositivos legais impressos recentemente como uma conquista no campo de direitos sociais, destacando a importância para o desenvolvimento de políticas sociais efetivas e contínuas para a juventude, entendendo os jovens como sujeitos de direitos e, portanto, participativos nesse processo.

Este capítulo finaliza caracterizando a juventude em situação de vulnerabilidade social, a qual se constitui no público beneficiário dos programas sociais de âmbito público, destacando os programas Agente Jovem e ProJovem Adolescente. Objetiva também apresentar uma discussão sobre a associação entre juventude, pobreza e criminalidade tão recorrente na atualidade.

3.1

Conceituando a Juventude no Brasil

A visibilidade da juventude no Brasil, até os anos 1960, ficou restrita aos jovens que em sua maioria eram estudantes universitários, filhos das elites e classes médias, vinculados aos movimentos estudantis. Segundo Abramo:

(...) o debate se dirigia então para o papel que os jovens principalmente por intermédio dos movimentos estudantis, da contracultura e do engajamento em partidos políticos de esquerda jogavam na continuidade ou na transformação do sistema cultural e político que recebiam como herança” (2008, p. 38).

Na análise de Paul Singer (2008) as revoluções, que no mundo inteiro marcaram os meados do século passado, incentivaram os jovens que já almejavam ser revolucionários. Ocorreram uma série de revoluções: “A chinesa, em 1949, a Cubana dez anos depois, a Argelina, em 1962, a Vietnamita que durou de 1965 a 1975, a dos Cravos, em 1974, e a Sandinista, na Nicarágua, em 1979, foram as revoluções que mais empolgaram os jovens do mundo inteiro” (2008, p.30).

Segundo este autor, a partir de 1970 essa tomada de poder via revoluções como uma forma rápida para um mundo melhor foi perdendo sua força e seus adeptos. A ilusão de que após a tomada de poder todos os problemas estariam resolvidos foi a principal causa da decepção. Lutava-se tão intensamente pela queda do poder ditatorial que não se pensou no que viria depois. Assim, “Os jovens de hoje são os filhos da coorte de jovens que passou pelo trauma da desilusão com a via política para a revolução nos anos de 1970 e 1980. Para os filhos, possivelmente este trauma é desconhecido ou não passa de uma vaga referência do passado” (2008, p.32).

Posteriormente, durante o final do século passado, com a discussão de pauta centrada na questão da criança e do adolescente em situação de risco, gerou uma mobilização importante tanto da sociedade civil quanto do Estado com relação à defesa dos seus direitos, culminando no Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (1990). Este constituiu-se num instrumento fundamental para a criança e o adolescente serem tratadas como sujeitos de direitos. Esta conquista legal no âmbito dos direitos da criança e do adolescente consiste num grande avanço tendo em vista que anteriormente, conforme afirma Rizzini (1997), por quase um século as ações dirigidas às crianças e aos adolescentes pobres no Brasil foram voltadas para o controle e a tutela por parte do Estado. Porém, mesmo na época da implementação do ECA os jovens ficaram fora das ações e dos debates sobre seus direitos e cidadania.

Só mais recentemente, nas últimas décadas, conforme discutido no capítulo anterior, a temática da juventude passa a integrar a cena pública. Segundo Abramo (2008), o que pode estar relacionado à ampliação da preocupação com a adolescência, na descoberta de que os problemas da vulnerabilidade e risco não terminam aos 18 anos, mas muitas vezes se intensificam a partir daí. Como também, pelo surgimento de movimentos sociais ligados a expressões culturais, provenientes em sua grande maioria, dos setores populares. Além desses fatos, houve o aumento da população de jovens e o agravamento de problemas sociais na área de saúde, segurança, trabalho e emprego que influenciaram esse processo.

De acordo com Cara e Gauto (2007), ao lado das altas taxas de desemprego os jovens são as principais vítimas e os mais comuns autores dos mais alarmantes índices de violência verificados no Brasil, principalmente no que diz respeito a taxa de homicídios dessa população, conforme já foi discutido anteriormente nesta dissertação.

Neste sentido, recentemente o governo federal passou a realizar ações e programas voltados para a juventude.

Entretanto, para se construir políticas, programas e ações para a juventude faz-se necessário conhecer a diversidade de situações em que estes sujeitos se constroem, levando-se em consideração o contexto da sociedade brasileira.

O primeiro recorte realizado refere-se à idade cronológica, sendo considerados atualmente jovens no Brasil aqueles que estão entre a idade de 15 a 29 anos.

Diversos autores que possuem estudos nesta área, chamam atenção que não se deve restringir a visão da juventude enquanto grupo social homogêneo, devido ao risco de realizar agrupamentos de jovens que tenham como ponto em comum apenas a faixa etária.

Faz-se importante destacar que no presente estudo busca-se a compreensão da juventude para além de uma etapa da vida definida por critérios de faixa etária, mas considerando a sua vivência em seu contexto sócio-histórico e cultural.

Novaes (2007) considera a juventude como uma fase da vida, estando implícito sua noção de transitoriedade conforme será discutido a seguir.

Nesse sentido, a juventude corresponde, de modo geral, ao período de preparação/transição para a vida adulta e de inserção em novas formas de sociabilidade, considerando principalmente, a inserção no trabalho, o casamento e

filhos, assim como na participação quanto aos deveres e direitos que regulam a sociedade. Contudo, dificuldades estruturais da sociedade como o aumento do desemprego, além da própria instabilidade dos jovens nos seus relacionamentos, a dependência da família, mesmo após o nascimento dos filhos, dentre outras situações, fazem com que a juventude seja constituída por situações diversas e transitórias.

Segundo esta linha de raciocínio destaca-se a distinção realizada por estudiosos desta temática sobre condição juvenil e situação juvenil. Abramo (2008), com base em Abad e Sposito afirma que:

(...) condição (o modo como uma sociedade constitui e atribui significado a esse momento do ciclo de vida, que alcança uma abrangência social maior, referida a uma dimensão histórico geracional) e situação, que revela o modo como tal condição é vivida a partir dos diversos recortes referidos as diferenças sociais – classe, gênero, etnia etc. (2008, p. 42).

A constituição da juventude é diversificada diante de uma pluralidade de recortes de classe social, etnia, gênero, religião, local de moradia, dentre outros. Nesse sentido, com base nessas diferenças, como também nas desigualdades sociais que perpassam a juventude, faz-se importante considerá-la em sua pluralidade.

De acordo com Ribeiro, Lanes e Carrano (2006) é necessário estar atento que não existe um modo único de vivência do tempo de juventude, por isso é importante considerar o termo “juventudes”, no plural:

(...) a noção de “juventudes” é um complexo processo socioeconômico-cultural que se expressa simultaneamente em diversidades e desigualdades, objetivas e subjetivas. Dessa forma, ao tratarmos da juventude, devemos ter em mente a dupla dimensão dessa categoria que expressa simultaneamente um momento do ciclo de vida e determinadas contingências de inserção dos sujeitos na estrutura social (2006, p.77).

Como se trata de uma categoria socialmente e recentemente constituída, esta se manifesta de formas distintas de acordo com a cultura, a história e a sociedade que o jovem vive, não existindo uma definição única que contemple todas as suas dimensões.

Segundo NOVAES (2007), as definições sobre infância, juventude e maturidade foram influenciadas por disputas econômicas e políticas, as quais no

decorrer da história, adquiriam diversos conteúdos, contornos sociais e jurídicos. Portanto, para ela a juventude é compreendida como um tempo de construção de identidades e de definição de projetos de futuro, sendo de maneira geral a fase da vida mais marcada por ambivalências. “Ser jovem é viver uma contraditória convivência entre a subordinação à família e à sociedade e ao mesmo tempo, grandes expectativas de emancipação” (2007, p.1). Esta autora afirma que para a juventude acena-se com uma espécie de “moratória social”, entendida como uma etapa de preparação para a entrada nas diversas dimensões da vida social. Contudo, as diferenças de condição social, raça, gênero e etnia refletem variações na forma de vivenciar a juventude.

Isto pode ser verificado no atual quadro da realidade brasileira, em que por um lado, têm-se os jovens das classes média e alta conseguindo atingir essa transição para a vida adulta. Ou seja, concluir os estudos, entrar no mercado de trabalho e obter condições de constituir a própria família. Estes, em sua maioria, retardam esta última etapa. Em análise realizada por Abramo (2008), a proporção de casados cai quanto maior é o nível de escolaridade e renda da família.

Por outro lado, têm-se os jovens das classes populares, que vivem em situação de vulnerabilidade social, que não atingem essa transição, devido a dificuldade de acesso e a permanência na escola, associado a necessidade de trabalhar para ajudar na subsistência da família além da dificuldade de qualificar-se e entrarem no mercado de trabalho formal, em muito menos obter condições de prover sua própria família.

Outro aspecto importante que retarda a transição para a vida adulta é a existência de um prolongamento da dependência econômica dos pais. Segundo a análise de Abramo (op.cit), existe uma relação entre independência da família e constituição de um novo núcleo familiar, ocorrendo situações em que o jovem é casado e possui filhos, porém, depende economicamente da família de origem ou da família do cônjuge.

Com a chegada dos filhos, a situação de permanência do jovem na escola se agrava ainda mais. Isto devido ao tipo de trabalho que exerce, devido a sua necessidade, que na maioria das vezes dificulta a conciliação com os estudos, associada as novas atribuições a ele conferidas pela maternidade/paternidade.

Os jovens negros são alvos de preconceitos, sendo as maiores vítimas da violência social e vivenciam maiores dificuldades de mobilização social. Isto

pode ser verificado de acordo com a análise de Santos et all (2008), em que o jovem negro das periferias das cidades aparece como mais suscetível aos riscos da violência. As jovens, do sexo feminino ainda passam por diferenças. Segundo Abramo (2008), as mulheres possuem pior situação que os homens com relação à precariedade do trabalho.

Conforme Novaes (2007), são pequenos os números de jovens que conseguem vivenciar “a moratória social”, enquanto que a grande maioria não vivencia toda a sua infância e ao começar a trabalhar entra precocemente na fase adulta. Ou seja, um grande contingente de jovens das classes pobres deixam a escola e se inserem de forma precoce e com condições precárias no mercado de trabalho informal.

Disso decorre que para além dessa transição para o estatus de adulto, a juventude em sua vivência enfrenta problemas decorrentes das dificuldades estruturais da sociedade, consistindo no principal deles a inclusão, principalmente no mercado de trabalho. De acordo com Branco (2008), a taxa de desemprego da população jovem é cerca de três vezes mais¹⁵ em comparação com a população adulta. Além disso, as configurações de trabalho para a população jovem são de posições de baixa qualidade, com vínculos precários, uma remuneração mais baixa e no setor informal. Conforme já foi discutido acima, a maioria desses jovens que trabalham nessas condições possuem dificuldade de permanecer na escola. Com um mercado de trabalho competitivo e poucas oportunidades, as vagas são ocupadas por aqueles que possuem maior experiência anterior de trabalho. Com isso, o jovem que está iniciando no mercado de trabalho, na maioria das vezes com baixa escolaridade, principalmente quando este não consegue completar o ciclo escolar compatível com a faixa etária, possui maior dificuldade para a inserção no trabalho do que um adulto que já tenha tido uma experiência anterior.

Novaes (op.cit) afirma que “(...) Ainda que os jovens mais pobres sejam os mais atingidos pelo processo de desestruturação/flexibilização/precarização das relações de trabalho, jovens de diferentes classes sociais partilham o “medo de sobrar” (2007, p. 4). Segundo esta autora, este medo de sobrar está relacionado ao próprio conhecimento dos jovens que apesar da escolaridade ser extremamente

¹⁵ Este autor toma por base a Pesquisa Mensal de Emprego (PME), realizada pelo IBGE em seis regiões metropolitanas do país (Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, São Paulo).

importante, esta não garante a inserção de acordo com os níveis de escolaridade alcançados. Em função da globalização dos mercados, houve um redesenho do mundo do trabalho, em que as rápidas transformações econômicas e tecnológicas se refletem no mercado de trabalho, precarizando relações, modificando especializações e acabando com carreiras profissionais.

Ao lado disso, a juventude também vivencia os problemas em torno da violência urbana, como mortes por armas de fogo pela falta de eficácia da segurança pública e despreparo dos policiais para lidar com os jovens. Conforme Mello:

Se a violência hoje tem características diferentes, e o crime organizado cada dia mais faz sentir sua presença, assim como cresceu demais o consumo de drogas, também se acirraram as diferenças de renda e de nível de vida. Sobretudo na cidade são mais visíveis as contradições de um regime que exclui grandes massas de jovens, negando-lhes o direito à infância, à escola, ao emprego e ao salário (2007, p.138).

A juventude possuiu uma multiplicidade de espaços que vão além do estudo e do trabalho, como a sexualidade, a diversão, a cultura, inclusive a religião. Segundo Novaes (2008), a relação entre a juventude e a religião não pode ser pensada sem deixar de lado as inseguranças postas aos jovens pelo mundo contemporâneo, como o medo de sobrar, a insegurança para planejar o futuro profissional e de vivenciar precocemente a morte de familiares, amigos e conhecidos. Com isto, esta autora não pretende afirmar que estas situações de inseguranças resultem em reforço de valores religiosos, mas sim que não podem deixar de ser consideradas nesta discussão.

Contudo, os jovens possuem o desejo de aproveitar a vida, se divertir e acreditam que tudo pode fazer e nada vai lhes acontecer. Segundo Mello (2007), estão na idade de maior inquietação e demanda por experiências novas e diferentes. Quando não encontram na família, na escola ou nos bairros respostas às suas insatisfações, vão procurá-las nas ruas, que consiste num espaço de aventuras, diversões e perigos.

De acordo com a análise de Abramo (2008), apesar das queixas dos jovens sobre o controle dos pais e a falta de liberdade, e de jovens que citam a família como espaço de experiência de humilhação e violência, esta aparece para a grande maioria dos entrevistados como instância fundamental, como estrutura central

para poder viver a vida enquanto jovem, como referência afetiva, referência ética e comportamental para o próprio processo de amadurecimento.

Como a população de uma forma geral, sofre os impactos dos problemas estruturais da sociedade, dentre eles a nova configuração do mundo do trabalho, os pais ou responsáveis tendem a buscar meios de subsistência tanto na informalidade, como em trabalhos precários com carga horária grande, na maioria das vezes distante de seus domicílios, o que pode gerar ausência nas relações com os filhos. Como existem também, casos de pais separados, presença de padrastos ou madrastas, dependência química dos pais ou responsáveis, situação de violência doméstica, dentre outros no âmbito familiar, o que faz com o que os jovens acabem por se tornar mais vulneráveis à convivência com riscos e situações de violência: Conforme Losacco (2002):

Essa ausência, mesmo que involuntária, leva o adolescente/jovem a estabelecer outros laços em sua comunidade, muitas vezes muito desviantes. Nesses últimos casos, acolhidos e incentivados pela “comunidade marginal”, é nesse tipo de relação que adquirem respeitabilidade, auto-estima, habilidades e autonomia, elementos fundamentais na formação de sua identidade. A onipotência, a criatividade e o imediatismo, próprios desta fase da vida, ficam a serviço de comportamentos de risco (2002, p.73).

Desta forma, os jovens pobres estão mais vulneráveis a se tornarem tanto vítimas quanto autores da violência devido ao cenário em que vivem, principalmente, pela presença do narcotráfico nas suas comunidades e a violência policial. Existe uma tendência da sociedade e, principalmente da mídia, a associar o crescimento da violência aos jovens, especificamente aos pobres como será discutido neste capítulo.

Os jovens vivenciam situações de desigualdades sociais, discriminação e preconceitos. Segundo Novaes (2007), são situações de origem social, dos níveis de renda, das disparidades sócio econômicas. Assim como, desigualdades de gênero, de discriminação racial, em termos de orientação sexual, gosto musical, pertencimentos associativos, religiosos, políticos, de galeras, de turmas, de grupos e de torcidas organizadas.

Diante desse quadro em que a juventude é considerada em sua pluralidade, com suas diversidades e diferenças, busca-se entender o jovem como sujeito de direitos na complexidade de sua vivência na contemporaneidade.

Enfatiza-se que o reconhecimento da juventude como sujeitos de direitos é recente no país. Fato se deve, conforme Novaes (op.cit), ao fato de que nas duas últimas décadas houve uma expansão na área de intercessão entre as noções de direitos de cidadania e direitos humanos, em que além de se destacar os valores de justiça, igualdade e diversidade cultural, existe lugar para auto estima e solidariedade.

As questões individuais já estão sendo problematizadas em espaços públicos, como por exemplo, questões relativas a sexualidade. Atualmente, estas questões são levadas a espaço público tanto por meio do combate ao machismo e a homofobia, como também pela categoria de direitos reprodutivos.

Em seguida, será feita uma discussão de dados sociodemográficos sobre a juventude no atual contexto socioeconômico brasileiro.

3.2 Dimensionando a Juventude no Brasil

Conforme a pesquisa Juventude e Participação Cidadã (2009), realizada pelo CIESPI¹⁶, a parcela da população entre 15 e 24 anos de idade em nosso país é mais afetada pela pobreza, sendo limitadas as suas possibilidades de bem estar e mobilidade social. Esta pesquisa também aponta que segundo dados do Relatório de Desenvolvimento Juvenil, em 2007 o número de jovens no Brasil era de 35 milhões. Destes, quase 20% não estudavam e não trabalhavam o que representa um contingente de quase sete milhões de pessoas entre 15 e 24 anos em situação de vulnerabilidade social.

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios (PNAD, 2007), cerca de 4,6 milhões de jovens estão desempregados, representando 63% do total de desempregados no país. Os dados apontam que o desemprego da população jovem foi de 2,9 vezes maior que a população adulta. A taxa de desemprego juvenil era de 14%, enquanto a taxa de desemprego adulto era de 4,8%.

¹⁶ O CIESPI é um centro de estudos e de referência dedicado ao desenvolvimento de pesquisas e projetos sociais voltados crianças, adolescentes, jovens e seus elos familiares e comunitários. Tem como meta subsidiar políticas e práticas para esta população, contribuindo para o seu desenvolvimento integral e para a promoção e defesa dos seus direitos.

Esta pesquisa também demonstra dados preocupantes sobre a situação de trabalho e escolarização da população jovem, conforme o quadro abaixo:

Tabela 1
Condição de atividade e estudo por sexo e faixa etária dos jovens no Brasil em 2007 (%)

| FAIXA Etária | Só Trabalha | Trabalha e Estuda | Só Estuda | Não Trabalha nem Estuda |
|---------------------|--------------------|--------------------------|------------------|--------------------------------|
| Homens | | | | |
| 15 a 17 anos | 11,4 | 26,4 | 54,7 | 7,4 |
| 18 a 24 anos | 56,3 | 17,5 | 12,1 | 13,9 |
| 25 a 29 anos | 78,6 | 8,7 | 2,2 | 10,3 |
| Mulheres | | | | |
| 15 a 17 anos | 5,0 | 17,0 | 65,9 | 12,0 |
| 18 a 24 anos | 36,3 | 14,9 | 16,5 | 32,1 |
| 25 a 29 anos | 53,7 | 8,9 | 4,4 | 32,8 |

Fonte: IBGE, 2007

O crescente aumento do desemprego com conseqüente exclusão e miséria que atinge a juventude, consiste num problema estrutural relacionado a implementação de políticas sob a lógica neoliberal, ao fenômeno da globalização e ao processo de reestruturação produtiva. Este fato gera várias mudanças e inovações no próprio processo produtivo, exigindo uma maior qualificação para os trabalhadores e culminando em um aumento do número de desempregados, subempregados e uma precarização das condições de trabalho.

Leon (2002) afirma que existe um consenso entre os especialistas de que a educação de qualidade é a melhor política de prevenção para o desemprego juvenil ao lado do desenvolvimento de políticas sociais públicas de geração de trabalho, emprego e renda específicas para este segmento social.

No entanto, uma política de educação com qualidade se restringe a uma minoria de jovens da classe alta não sendo a realidade que se apresenta para a juventude brasileira em situação de vulnerabilidade social. Isto devido a dificuldade apresentada pelo jovem em dar continuidade aos estudos, como também a falta de vagas, caracterizando a educação como excludente.

Conforme pode ser verificado pelo PNAD (2007), dos cerca de 82% dos jovens de 15 a 17 anos que estão freqüentando a escola, 44% não haviam

concluído o ensino fundamental e apenas 48% deles cursavam o ensino médio. Portanto, esta pesquisa verificou uma alta defasagem escolar, pois já deveriam ter finalizado a educação fundamental.

Os dados desta pesquisa demonstram também que os jovens estão conseguindo entrar no ensino médio, porém apresentando um rápido abandono, devido a precisarem escolher entre o estudo e o trabalho. O abandono do estudo começa a ficar mais evidente na medida em que a idade aumenta. Antes de completar 18 anos, cerca de 21,8% dos jovens de 15 a 17 anos já se dividem entre o estudo e o trabalho.

Sabe-se que a educação e o trabalho são dois fatores que se relacionam, sendo a primeira exigida para entrada no mercado de trabalho formal. Como foi verificado nesta pesquisa existe um significativo número de jovens fora da escola, portanto também sem trabalho formal.

Outro fator a ser levado em consideração é que a dificuldade de se continuar estudando também está relacionada ao casamento formal ou informal e a chegada dos filhos e ao tipo de trabalho que se impõe como necessidade após a chegada dos filhos. Segundo Abramo (2008) a dificuldade em se manter estudando pode estar mais vinculada a isso do que a entrada no mercado de trabalho.

Vivendo em situação de vulnerabilidade social, com dificuldade de acesso e permanência na escola, acrescido da falta de trabalho e desemprego a situação da juventude brasileira se agrava ainda mais.

Estes fatores também contribuem para que perpetue o ciclo intergeracional da pobreza, em que a falta de escolaridade ou baixa escolaridade dos pais ou responsáveis se refletem nos filhos. Como já foi discutido acima, os filhos acabam por abandonar ou não cumprir com as atividades escolares em função da necessidade imediata de ajudar na subsistência da família. Dessa forma, esses programas de transferência de renda vêm tentando romper este ciclo.

Além disso, diante desta dificuldade de inserção no mercado de trabalho muitos desses jovens vislumbram como alternativa a inserção em programas sociais. Tendo como motivação o recurso financeiro concedido, como o caso do Programa Agente Jovem. Porém, com a reestruturação ocorrida neste programa, o recurso financeiro que era transferido aos adolescentes através do programa

Agente Jovem não permaneceu em vigor no atual programa Pro Jovem Adolescente. O que está sendo discutido no capítulo três desta dissertação.

No que tange as diferenças entre as zonas urbanas e rurais, 85% dos jovens brasileiros estão concentrados nas áreas urbanas. Nas áreas rurais, 27% se concentram no nordeste e 22% no norte. No sudeste há um maior número de jovens vivendo em zonas urbanas (94%). Dos jovens que estão em áreas urbanas, 48,9% viviam em 2007 em moradias com localizações inadequadas e cerca de 2 milhões de jovens permaneceram morando em favelas (PNAD, 2007).

Quanto à qualidade da habitação, cerca de 28 milhões de jovens vivem em moradias sem infra-estrutura adequada e com ausência de serviços como: sem água canalizada e sem rede de esgoto. Destes, cerca de 20 milhões encontram-se em áreas urbanas. As condições de moradia dos jovens das zonas rurais são bem mais precárias do que as dos jovens das zonas urbanas: 96,7% dos jovens rurais vivem em moradias inadequadas (PNAD, 2007).

Com relação à violência, de acordo com o Relatório da UNESCO (2002), na América Latina a maior causa de mortes entre os jovens na faixa etária de 15 a 24 anos são por causas externas (óbitos por violências conjunta, decorrentes de homicídios, suicídios, agressões e acidentes de trânsito). No caso do Brasil, mais da metade dos óbitos desta população são por causas externas, cerca de 52,3% dos casos. Segundo o Projeto Juventude (2004) a taxa de homicídios na população jovem é de 54,5 para cada 100 mil, ante 21,7 para a população geral.

Cabe ressaltar que o número de homicídios aumenta de acordo com alguns fatores como raça, gênero e idade. De acordo com os dados do Índice de Homicídios na Adolescência (IHA-2009), que possui o objetivo de estimar o risco de adolescentes, com idade entre 12 e 18 anos, perderem suas vidas por causa da violência letal, a probabilidade de sofrer homicídio é quase 12 vezes maior para o sexo masculino do que o feminino, mais do dobro para os negros do que os brancos. Como também cresce até a faixa etária de 19 a 24 anos e depois vai diminuindo com a idade. Além disso, a maioria dos homicídios, são cometidos com arma de fogo. Conforme já discutido anteriormente, este estudo identificou que o valor médio de homicídios entre as cidades brasileiras com mais de 100 mil habitantes é de 2,03 mortes para cada grupo de 1000 adolescentes entre 12 e 18 anos. De 2006 a 2012 estima-se mais de 33 mil óbitos de adolescentes, se não mudarem as condições que prevaleciam nestas cidades na ocasião da pesquisa.

Existem localidades que o índice é mais elevado se comparado com essa média, como pode ser observado abaixo no ranking de homicídios na adolescência entre as cidades brasileiras pesquisadas¹⁷.

Tabela 2
Ranking de Homicídios na Adolescência

| Ordem | Município | Estado | IHA 2006 |
|--------------|-------------------------|---------------|-----------------|
| 1º | Foz do Iguaçu | PR | 9,74 |
| 2º | Governador Valadares | MG | 8,49 |
| 3º | Cariacica | ES | 7,32 |
| 4º | Olinda | PE | 6,54 |
| 5º | Linhares | ES | 6,15 |
| 6º | Serra | ES | 6,12 |
| 7º | Duque de Caxias | RJ | 6,07 |
| 8º | Jaboatão dos Guararapes | PE | 6,04 |
| 9º | Maceió | AL | 6,03 |
| 10º | Recife | PE | 6,03 |
| 11º | Itaboraí | RJ | 6,00 |
| 12º | Vila Velha | ES | 5,63 |
| 13º | Contagem | MG | 5,54 |
| 14º | Pinhais | PR | 5,48 |
| 15º | Luziânia | GO | 5,41 |
| 16º | Cabo Frio | RJ | 5,39 |
| 17º | Ibirité | MG | 5,24 |
| 18º | Marabá | PA | 5,39 |
| 19º | Betim | MG | 5,00 |
| 20º | Ribeirão das Neves | MG | 4,98 |
| 21º | Rio de Janeiro | RJ | 4,92 |

Fonte: Índice de Homicídios na Adolescência (IHA/ 2009)

Cabe destacar que o Estado do Paraná lidera o ranking através da cidade de Foz do Iguaçu e que o Estado do Rio de Janeiro aparece em 7º lugar, representado pela cidade de Duque de Caxias, em 11º por Itaboraí, 16º por Cabo Frio e 21º pelo município do Rio de Janeiro.

Observa-se também que o índice de violência pode ser mais elevado em regiões onde se encontram grandes metrópoles. De acordo com Cara e Gauto, com base no Mapa da Violência 2006 - os Jovens do Brasil (WAISELFISZ, 2006):

¹⁷ O IHA foi estudado em 267 municípios brasileiros. No entanto, destaca-se neste ranking 21 municípios por ordem mais elevada da média de homicídios entre adolescentes.

(...) Há Estados – como Rio de Janeiro, Espírito Santo e Pernambuco em que as taxas de homicídios de jovens superam o marco dos 100 óbitos por 100 mil jovens. E, num outro extremo, em Estados como Santa Catarina, Maranhão e Rio Grande do Norte, há 15 homicídios para 100 mil jovens. Isso mostra que as regiões onde se encontram grandes metrópoles há maior incidência de homicídios, especialmente pelo fato de que nesses lugares há processos massivos de desigualdade social, que criam entre os jovens inúmeros mecanismos de revolta (2002, p. 181).

A situação de vulnerabilidade social em que vive estes jovens, como a pobreza, as crescentes dificuldades de permanência na escola, de inserção no mercado de trabalho, conjugado com a exposição à situação de risco, como pode ser verificado por este elevado índice de violência, denota a necessidade de se investir em programas efetivos, contínuos e que funcionem de forma articulada com as várias instâncias das políticas sociais, buscando-se dessa forma garantir o acesso desta população ao campo dos direitos sociais.

Esta articulação entre as várias instâncias das políticas sociais é impressa pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8069/90 - ECA) pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS-Lei 8742/93) e reforçada pela atual Política Nacional de Assistência Social (PNAS/04) como necessária para o atendimento eficaz e de qualidade às crianças e aos adolescentes.

O ECA (1990), no artigo 86, registra que “a política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente far-se-á através de um conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios”.

A LOAS (1993), no artigo 2º, parágrafo único prevê que “a assistência social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais, visando o enfrentamento da pobreza, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender as contingências sociais e à universalização dos direitos sociais”.

A PNAS (2004), afirma no item 2.3: “a política pública de assistência social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais, considerando as desigualdades sócio territoriais, visando seu enfrentamento, (...) e à universalização dos direitos sociais”.

Apesar do que preconizam o ECA, a LOAS e a PNAS, as políticas sociais ainda não funcionam de forma integrada, fragmentando dessa forma as ações e o atendimento aos jovens em situação de vulnerabilidade social.

Para além disso, faz-se necessário conhecer a realidade social em que estes jovens vivem, e ouvi-los sobre as suas necessidades, interesses e perspectivas anteriormente a implantação de políticas e programas destinados a este segmento.

Em Juventude e Participação Cidadã (CIESPI, 2009), pode-se observar os dados da pesquisa Juventude Brasileira e democracia: participação, esferas e políticas públicas, realizada pelo (IBASE e PÓLIS, 2005) ¹⁸ com jovens entre 15 e 24 anos de sete regiões metropolitanas brasileiras e o Distrito Federal. Foram aplicados 8000 questionários e realizados grupos de diálogos com 913 jovens.

Faz-se pertinente destacar nesta pesquisa a preocupação dos jovens com a educação, trabalho e participação política. Os jovens reivindicam uma escola de qualidade e universal, que vise igualdade de oportunidades no ingresso ao mercado de trabalho. Quanto à participação política estes vêem os políticos do nosso país com descrédito e reivindicam mais espaços para expressão das suas necessidades. Isto mostra que, para além dos problemas que os jovens passam em sua vivência, dentre eles a questão da violência, eles estão preocupados em participar do contexto sócio político em que vivem.

Os dados discutidos acima demonstram a realidade em que se encontra a juventude pobre brasileira, em situação de vulnerabilidade social, conforme será discutido a seguir.

3.3 Juventude em condições de vulnerabilidade

No Brasil, com quadro socioeconômico de grandes desigualdades, a juventude pobre passa a ser considerada como uma população em situação de vulnerabilidade social e se constitui como alvo das políticas e programas sociais, como ocorre com os jovens atendidos nos programas Agente Jovem e atual ProJovem-Adolescente.

Os jovens em situação de vulnerabilidade social, em geral são negros, pardos, com baixa escolaridade, não estão inseridos no mercado de trabalho

¹⁸ Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas e Instituto de Estudos, Formação e Acessória em Políticas Sociais.

formal e encontram-se expostos a situação de risco, como o tráfico de drogas e a violência, além de sofrerem preconceito racial.

Esta situação pode ser verificada pela pesquisa de avaliação de impactos do programa Agente Jovem, realizada pela UFF (Brasil, 2007), na qual constatou-se que com relação à cor e a raça dos egressos deste programa predominavam os pardos, seguidos dos pretos e dos brancos (em percentuais praticamente iguais). Esta pesquisa constatou ainda que ao cruzar este perfil com o existente do último Censo (2000) pode ser observado que num projeto voltado a jovens em situação de vulnerabilidade social, os brancos encontram-se sub-representados enquanto público beneficiário. No que se refere aos pardos e aos pretos super-representados.

(...) os brancos estão sub-representados como beneficiários (pois são 22,4% da amostra e 53,74% da população nacional). Os pardos e pretos estão super-representados, na medida em que são respectivamente 46,6% e 22,5% na amostra e 38,4% e 6,21% no país. (Brasil, p. 14, 2007).

Neste sentido, faz-se importante caracterizar a pobreza e a vulnerabilidade social sinalizando que neste estudo a pobreza é compreendida para além das definições restritas a falta de recursos materiais. Lustosa (2001), assim como Demo (2003), expõem sobre esta necessidade de se definir a pobreza de uma forma mais abrangente sem levar em consideração apenas estes aspectos de destituição material, devendo levar-se em consideração também os aspectos de participação social e política. Demo (op.cit) afirma que “(...) é míope ver na miséria apenas a destituição física, sem perceber o massacre do sujeito, a massa de manobra” (2003, p. 99). De acordo com este autor, a pobreza possui uma causa qualitativa, não se restringindo apenas à carência material, como também na destituição de direitos e outra de ordem quantitativa, em relação à situação socioeconômica. Dessa forma, a pobreza possui várias dimensões, não sendo caracterizada apenas pela falta de acesso a bens materiais para a sobrevivência.

Quanto à vulnerabilidade social, nesta dissertação é compreendida como desvantagem social com relação à oportunidade de acesso aos direitos sociais previstos na Constituição Federal de 1988.

O relatório da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) ¹⁹, nas análises sobre a vulnerabilidade social são recentes e estão relacionadas a uma reflexão mais ampla sobre estudos relativos à pobreza e os escassos resultados das políticas associadas a estes estudos na América Latina. Isto porque, os enfoques sobre a pobreza eram restritos ao uso de indicadores de renda e carência, não dando conta da complexidade do fenômeno.

Esta perspectiva da vulnerabilidade social busca tratar de forma mais integral e completa o fenômeno da pobreza e diversos tipos de desvantagem social. A sua sistematização na América Latina se deu com base nos trabalhos de Caroline Moser e seu grupo do Banco Mundial (UNESCO, 2002).

Portanto, este estudo tomando por referência Vignoli (2001) e Filgueira (2001), pontua que a situação de vulnerabilidade social possui três componentes: recursos materiais ou simbólicos, também chamados de ativos; as estruturas de oportunidades dadas pelo mercado, pelo Estado e pela Sociedade e as estratégias de uso dos ativos.

De acordo com Abramovay e Pinheiro (2003), a vulnerabilidade social é entendida como o resultado negativo da relação entre a disponibilidade de recursos (materiais ou simbólicos) dos atores e o acesso à estrutura de oportunidades sociais, econômicas, culturais que provêm do Estado, do mercado e da sociedade civil.

Seguindo esta linha de raciocínio, o jovem em situação de vulnerabilidade social possuiu menor disponibilidade de recursos materiais ou simbólicos, associado a isso o não acesso a educação, trabalho, saúde e lazer, diminui as chances de aquisição e aperfeiçoamento desses recursos, os quais são fundamentais para que possa melhorar de vida.

O jovem que almeja essa melhoria e não consegue, diante dessas dificuldades postas a ele, em função das desigualdades sociais e discriminações enfrentadas, se torna mais suscetível a situações de violência, tanto como vítima, quanto autor. Conjugado a isso reside as características próprias da idade, a dimensão biológica, em que os hormônios estão a todo vapor, o que favorece a busca de aventuras e a ousadia de práticas de risco.

¹⁹ Juventude, Violência e Vulnerabilidade Social na América Latina: Desafios para Políticas Públicas /2002.

Segundo Novaes (op.cit) os jovens pobres, negros, os habitantes de áreas dominadas pelo narcotráfico e atingidas pela violência policial são os mais vulneráveis a violência.

Na atualidade é recorrente a associação entre juventude, pobreza e criminalização. A diversidade e desigualdade em que é vivida a condição juvenil, como já foi discutida anteriormente, acabam por refletir neste tipo de associação com a criminalidade. No senso comum e na mídia, o tema da juventude em grande medida está relacionado aos jovens, sobretudo aos pobres, do sexo masculino e negros. A mídia na maioria das vezes relaciona a pobreza com o aumento da criminalização, vendendo uma imagem discriminatória do jovem. Portanto, ser jovem pobre é ser suspeito. Quando um jovem pobre é vítima de alguma violência, este não chega nem a ser identificado, não passando de um mais um número, havendo uma associação que ele possa estar envolvido com algum tipo de ato ilícito. Por outro lado, quando isso acontece com um jovem de classe alta, assume uma proporção maior, com uma cobrança que a justiça seja feita. Segundo Mello:

O que se pode notar quer na TV, quer no rádio, quer nos jornais, é quase uma campanha de culpabilização coletiva dos pobres pela violência. Através das imagens e das palavras, eles são fotografados e rotulados. Não se vêem mais pessoas. Elas tornaram-se rótulos: vêm-se carentes, favelados, ladrões, menores, delinquentes, criminosos, bandidos, viciados (2007, p.139).

Isto vem reforçar os preconceitos e desigualdades sociais que perpassam a vivência da juventude, sobretudo os pobres, em situação de vulnerabilidade social.

De acordo com Novaes (2007), sempre existem estatísticas comprovando que os jovens “são os que mais matam e os que mais morrem”. Inclusive os jovens subjetivamente apresentam “o medo de morrer” de forma prematura e violenta. Isto porque, os jovens convivem diariamente com a morte que atinge a sua geração. Conforme já foi discutido no Brasil, mais da metade dos óbitos desta população são por causas externas, cerca de 52,3% dos casos. Ou seja, as estatísticas demonstram um número elevado de óbitos na população jovem devido a homicídios, agressões e acidentes de trânsito.

Dessa forma, principalmente pela configuração atual do narcotráfico por uma rede transnacional complexa, que aparece somente nas favelas e periferias, como também o crescimento e a banalização das armas de fogo que garantem o crescimento da indústria bélica, os jovens vivenciam situações de conflitos de bandos armados durante ações policiais em que são atingidos por arma de fogo, como também vítimas de balas perdidas. Conjugado a isso se dá a corrupção policial, como também o despreparo dos policiais em lidar com os jovens.

Apesar da visibilidade da diferença quanto à localidade que o jovem reside ser nos centros urbanos, algumas áreas são estigmatizadas pela violência, pelo narcotráfico e pela corrupção policial. Segundo Novaes (2003):

No Brasil, e pelo mundo afora, existem hoje jovens que são vistos com preconceito por morarem em áreas pobres classificadas como violentas. Com diversos nomes, topografias e histórias, as periferias são - via de regra - marcadas pela presença das armas de fogo. São elas que sustentam tanto a tirania do narcotráfico quanto a truculência policial. A resposta à pergunta “onde você mora?” pode ser decisiva na trajetória de vida de um jovem (p.1).

Segundo esta autora, além do preconceito de classe, gênero e cor os jovens vivenciam também a “discriminação por endereço”, o qual restringe o acesso à educação, ao trabalho e ao lazer dos jovens que vivem nas favelas e comunidades caracterizadas pela precária presença (ou ausência) do poder público.

Cabe sinalizar que o tema da violência, por outro lado, acaba exercendo um papel mobilizador para a participação social em que existem alguns jovens que tiveram envolvimento com a criminalidade e se tornaram agentes de instituições voltadas para o combate a violência policial, como também “para tirar os jovens do tráfico”, utilizando em seu trabalho depoimentos de sua própria experiência de envolvimento com situações de violência.

No atual quadro social, o jovem representa um problema relacionado ao desemprego, a violência e as drogas, sendo tratado muito mais pela ótica dos problemas que são necessários combater do que uma área que pode ser problematizada e tratada de acordo com as suas reais necessidades e interesses, através da elaboração de políticas sociais públicas que os considere como sujeitos de direito.

Para entender melhor como essa associação entre pobreza e criminalização se deu historicamente, recorreu-se aos estudos de Coimbra (2001), o qual apresenta-se de forma breve, por não ser o objetivo do presente trabalho realizar um maior aprofundamento sobre esta temática, embora se reconheça a sua fundamental importância.

Coimbra (op.cit) afirma que a associação entre pobreza e criminalidade possui seus primórdios na Revolução Industrial. Isto porque, estavam em situação de miséria aqueles que estavam fora do mercado de trabalho capitalista, sendo esta naturalmente vista como proveniente dos vícios e ociosidade inerentes às classes pobres.

Com os processos de urbanização e industrialização das cidades, a pobreza não se constituiu apenas no resultado do modelo sócio econômico vigente, mas também no modelo sócio-espacial, devido a formarem-se os chamados “territórios da pobreza”, espaços que não foram especulados pelo mercado imobiliário e aonde viviam as chamadas “periferias pobres”. Para esta autora:

“(…) sobrevivem sem as mínimas condições de saneamento básico, moradias, transportes, etc. – espaços onde, segundo o discurso hegemônico, vicejam a violência, o banditismo, a criminalidade. Em realidade, essa história tem sido a história das exclusões, das marginalizações, das segregações de todos os “miseráveis” (Coimbra, op. cit, p. 82).

A reflexão desta autora a respeito da origem de “classes perigosas” associada à pobreza pauta-se no trabalho de Lobo (1997) por identificar teorias que embasam “cientificamente” a periculosidade destas classes desde o século XIX.

Neste sentido aborda sobre a influência da escravidão, bem como as teorias racistas e eugênicas as quais posteriormente são realimentadas pelo Darwinismo Social e pelo movimento higienista. Estes pregavam o aperfeiçoamento da raça e se colocam contra os negros e mestiços.

Assim, foram realizadas reformas nas cidades, destacando o Rio de Janeiro em que a reforma Pereira Passos, sob o discurso higienista deslocou a população para as zonas suburbanas e encostas dos morros, o que aumentou o número de favelas. Estes locais ainda não estavam valorizados em termos de mercado imobiliário. Gerava-se a idéia de que a miséria e a desigualdade social haviam

deixado de existir. Com essa segregação e exclusão da classe pobre, se reforçava a idéia de que estas são fontes de doenças, perigos e violência.

Para manter a ordem nesta cidade “reformada” na época a polícia ganha força, principalmente na função de controlar a população pobre. A autora cita a criação da polícia de investigação em 1907, ao lado da polícia civil e militar, colocando que o trabalho desse órgão desde a criação no século XIX é o de controlar as desordens, os tumultos urbanos e a criminalidade. Porém, o que ocorre é que protege os ricos e polícia os pobres.

Outro fator foi a política populista de Vargas do início dos anos 40, com o surgimento dos parques proletários para onde se transferiam às pessoas com a promessa que poderiam retornar a área que viviam anteriormente, logo que estas fossem urbanizadas, porém isso não acontecia e elas continuavam ocupando o conjunto, sendo expulsas posteriormente, devido à especulação imobiliária.

Essa política trabalhista reforçava que somente o trabalhador reconhecido pelo seu vínculo profissional tinha acesso aos benefícios garantidos pelo Estado, reforçando-se os “pobres decentes”, aqueles portadores de “carteira de trabalho” como sinônimo de corpo útil ao capitalismo, de trabalhador honesto e, portanto produtivo. E das classes perigosas, aqueles fora do mercado de trabalho, essencialmente os moradores de favelas e periferias que, deveriam ser eliminados dentro do ideário “higienista – trabalhista” dos anos 30 e 40.

Posteriormente com o avanço da industrialização (anos 50,60 e 70) emergiu os migrantes das zonas rurais do norte e nordeste, que eram avaliados segundo a elite como despreparados e incapazes para se adaptar a vida urbana, passando a compor a população pobre junto aos negros e mestiços.

Perpassa-se o período 1964-1985 – Ditadura Militar que dentro dessa lógica de urbanização assumiu características excludentes, como o exemplo do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) e Banco Nacional de Habitação (BNH), que foram estratégicos para consolidação do mercado imobiliário urbano capitalista, privilegiando habitações para a classe media em detrimento dos mais pobres para os quais havia sido criada, ocorrendo um grande crescimento do número de favelas nessa época.

Em seguida, nos 1980, com a crise econômica brasileira quando o desemprego e a miséria apresentam um grande crescimento, existe uma tendência das elites e meios de comunicação de massa a fazer do aumento da violência e

criminalidade, principalmente no Rio de Janeiro e São Paulo como principal foco de luta. Nesse sentido, a polícia e a segurança pública têm os pobres como clientela exclusiva. Os crimes do colarinho branco são minimizados pelos noticiários, por estes não expressarem violência física explícita em decorrência dos delitos marginais das “classes perigosas”.

A autora ressalta que o fenômeno mundial do neoliberalismo vem gerando mais desemprego, exclusão, pobreza e miséria, produzindo “insegurança e medo” para as classes médias e trabalhadoras:

Desde o início do nosso século o Estado Brasileiro e seus diferentes dispositivos vem produzindo subjetividades nas quais o “emprego fixo” e uma “família organizada” tornam-se padrões de reconhecimento, aceitação, legitimação social e de direito a vida. Fugir desses territórios modelares significa ingressar na enorme legião dos “perigosos”, daqueles que devem ser olhados com desconfiança e, no mínimo, afastados e evitados (Coimbra, 2001 p.131).

Diante desse quadro apresentado, estas situações de discriminação, preconceito, estigmatização se fazem presente atualmente no contexto da juventude em situação de vulnerabilidade social.

De forma contraditória, ao mesmo tempo em que a sociedade identifica na juventude maior ocorrência dos problemas atuais, fazendo uma associação dos jovens a situações de violência, almeja neles uma esperança de um futuro melhor para o país. Não somente porque podem assumir um papel importante para o futuro do país, na própria transformação da sociedade, mas principalmente, porque os jovens de hoje que vivenciam estes problemas ora discutidos precisam e merecem ter uma vida digna. Ter acesso aos seus direitos sociais fundamentais significa serem considerados como sujeitos de direito, respeitando suas diversidades e especificidades, o que será essencial para que as políticas públicas como: educação, saúde, trabalho, cultura e programas sociais sejam elaboradas, implementadas e se desenvolvam de forma articuladas para atender de forma eficaz a este segmento social.